

'Rebeldes' resistem à conciliação interna

Análise

Marcelo de Moraes
De Brasília

O início da negociação política interna no PMDB em torno do apoio à candidatura do senador José Sarney (PMDB-AP) para a presidência do Senado não significa a unificação de pensamento do partido. Na prática, representa apenas mais uma tentativa de aproximação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por parte do grupo que passou os últimos oito anos alinhado com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo que o acordo político seja fechado em torno de Sarney, será ainda muito difícil que o grupo que hoje comanda o partido afine seu pensamento com a ala rebelde, que pediu votos na campanha presidencial a favor de Lula.

Embora tenha apoiado a candidatura do senador tucano José Serra (SP) à Presidência, o grupo que controla o comando do PMDB nunca descartou um alinhamento futuro com um eventual governo Lula. Essa aproxi-

mação foi imediatamente negociada logo depois da eleição do presidente petista. O acordo incluía, inclusive, a entrada oficial de pemedebistas na equipe ministerial — o partido indicaria os ministros da Integração Nacional e de Minas e Energia. A insistência, porém, em não ceder a presidência do Senado para Sarney — aliado importante de Lula na campanha — e o pedido para nomear, sem restrições, todos os integrantes dos cargos dos dois ministérios a serem recebidos — incluindo as estatais diretamente relacionadas — acabaram inviabilizando o acordo.

Fora do governo, o grupo que comanda o PMDB ainda tentou preservar a prerrogativa de indicar um de seus integrantes — o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) — para presidir o Senado, independentemente da preferência explícita do governo Lula pela candidatura Sarney. O grupo teve a pretensão abafada pela ação direta do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, atraindo para o lado de Sarney senadores do PMDB que estavam alinhados com Renan.

Para assegurar pelo menos a manutenção de espaços importantes dentro do PMDB e próximos do novo governo — como a vice-presidência da Câmara na chapa encabeçada pelo petista João Paulo Cunha (SP) — o grupo que comanda o partido decidiu abrir mão da candidatura de Renan e garantir a aproximação com Lula e seus aliados. Entretanto, não há ainda garantias nesse sentido.

Depois de ficarem afastados do núcleo do poder pemedebista nos últimos anos, os rebeldes do partido são contra qualquer tipo de composição que preserve vantagens para o grupo que controla a legenda. O governador do Paraná, Roberto Requião, o senador Maguito Vilella (GO), os senadores eleitos José Maranhão (PB) e Mão Santa (PI), e o ex-governador de São Paulo Orestes Quérnia, avaliam que a mudança interna deve ser total. Avaliam que o terreno do partido está absolutamente aberto para a tomada de poder interno depois da bem sucedida pressão política feita pelo PT a favor da candidatura de José Sarney.

O grupo rebelde também não esconde a insatisfação pela forma

como seus integrantes foram tratados nos últimos anos pelo grupo majoritário, sendo derrotados em todas as posições políticas assumidas, inclusive na defesa de lançamento de candidatura própria à Presidência, que foi vetada em 1998 e 2002 por influência do grupo que controla o PMDB. Em 1998, o PMDB apoiou informalmente Fernando Henrique e em 2002 se coligou com José Serra.

Agora, os rebeldes querem eleger Sarney para o Senado e conseguir colocar Pedro Simon (RS) na liderança da bancada de senadores. Querem que Quérnia volte a ser presidente do partido e defendem o deputado Barbosa Netto (GO) para a liderança na Câmara. No acordo que está sendo negociado, nada disso é garantido. Pela negociação, Sarney seria indicado presidente do Senado, Renan permaneceria líder dos senadores até setembro, quando assumiria a presidência do partido no lugar do deputado Michel Temer (SP). Geddel Vieira Lima (BA) deixaria a liderança na Câmara para Eunício Oliveira (CE), assumindo a vice-presidência da Câmara na chapa de João Paulo Cunha.